

FARDADOS DE AZUL

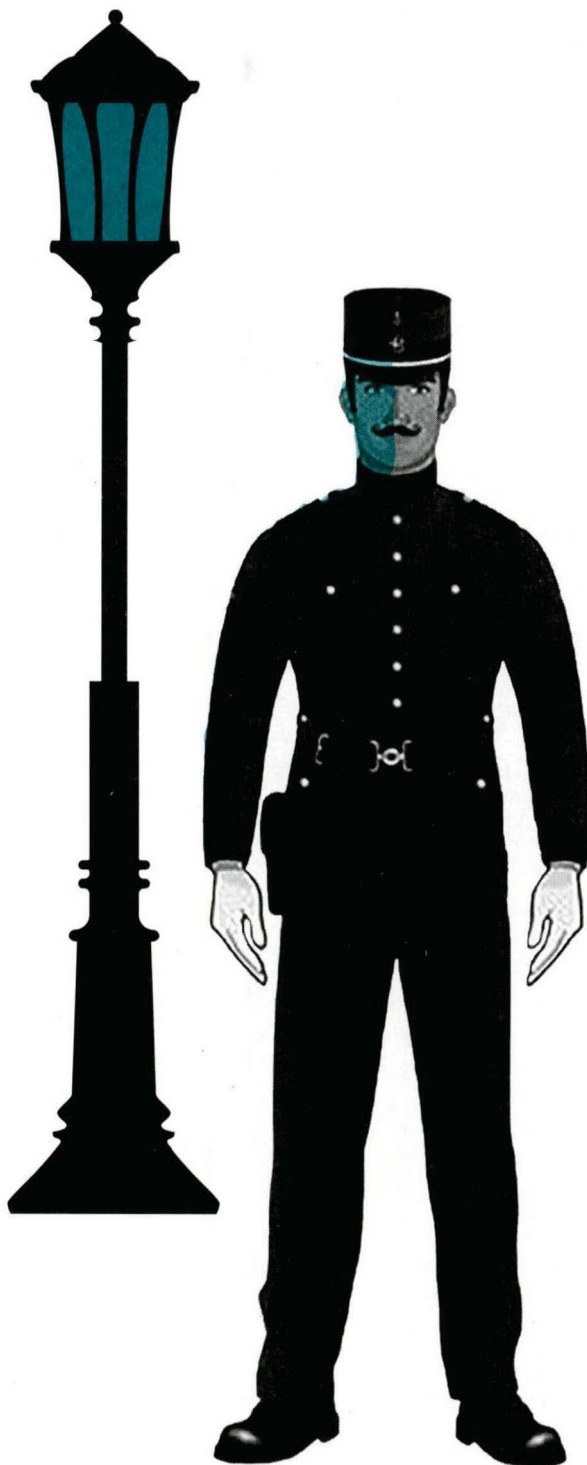
Em larga medida inexplorado, o arquivo do Governo Civil de Lisboa, hoje à guarda da Torre do Tombo, é uma fonte preciosa, preciosíssima, para reconstruir o pulsar da capital do País e do distrito onde se inseria, nas suas grandezas e nas suas misérias, nos aspectos mais festivos e luminosos como nos mais marginais e sombrios.

Texto de António Araújo

Nos primeiros anos do século XX, nas vésperas da instauração da República, tanto deparamos com alterações da ordem pública em Vila Franca de Xira como com jogo ilícito em Almada, dezenas de espectáculos de beneficência, quermesses, concursos, funções públicas e privadas. Do gabinete do governador civil, Magalhães Ramalho, oficiava-se ao Sobral de Monte Agraço para saber como ia o serviço de extinção de cães na localidade, enquanto se acompanhava de perto a venda de armas de fogo no distrito ou a existência de vagas no Asilo da Mendicidade («Ao officio de V.^a Ex.^a n.º 873 de 16 do corrente, S.^a Ex.^a o Governador Civil incumbe-me de responder que, no Asilo de Mendicidade, não há vaga para mulheres»); a acção da Comissão Nacional de Socorros às Vítimas do Tremor de Terra (possivelmente o de 1909, em Benavente), à qual o pároco de Alhandra pediu dinheiro para reparar o telhado da Igreja da Misericórdia; a magna questão do desaparecimento de pombos-correios na Azambuja, merecedora de vasta correspondência, por suspeita de terem sido

mortos por caçadores de maus figados. O Aero clube de Portugal solicitava policiamento para o Hipódromo de Belém, com vista a um concurso de papagaios aí projectado, e, num vislumbre de elite, a Snr.^a D. Adelaide d'Almeida e Vasconcelos de Mendonça solicitou permissão para realizar uma quermesse no Palácio dos Condes de Magalhães, isto enquanto, num registo mais popular, se autorizava a realização da rifa de um quadro pintado por um professor da Escola Marquês de Pombal, já falecido, para que os proventos fossem entregues à viúva. A academia recreativa «Os Vencedores» solicitou igualmente a abertura de uma quermesse, mas na Azambuja houve notícia de problemas no esgoto de uma fábrica de destilação. Em Oeiras, jogo ilícito.

Ao governo civil afluíam muitos casos de estrangeiros procurados ou detidos, como um súbdito alemão acusado de burla e um espanhol perseguido por falsificação. Da Moita, pedia-se o pagamento do abono de serviço aos polícias civis da localidade, havia que tratar do envio para Carregal do Sal do menor José Marques Diniz, detido nos



calabouços do governo civil, onde, em 27 de Maio de 1910, dava entrada um officio dando conta de outro falecimento de um pombo-correio na Azambuja. O guarda do corpo de polícia José Bernardo foi autorizado a usar o apelido «Faria», não sendo esse o único caso, longe disso, de permissão onomástica entre os agentes da autoridade da capital. O Real Ginásio Clube Português impetrou isenção de contribuição industrial e, noutra missiva, tratou-se da concessão do régio exequatur ao vice-cônsul da Nicarágua em Lisboa. Novas associações de classe, algumas das quais espantosas, como a dos Industriais de Tanoaria do Distrito de Lisboa, a Sociedade de Horticultura e Floricultura de Portugal, a Associação dos Trabalhadores e Serventes de Pedreiro e Estucador, a Associação de Classe dos Vendedores de Carvão e, a melhor de todas, a Associação dos Vendedores de Leite Mungido na Via Pública. O jornal *Germinal*, claro, era multado. E a prostituição surgia de forma discreta, mas inevitável: o governador exonerara Maria da Graça do lugar de servente do Dispensário Ocidental de Toleradas, nomeando Amélia da Conceição Marques para esse lugar. Na Vila Dias, a Xabregas, a inspecção sanitária notou inconcebíveis despejos para a via pública, oficiando o governo civil para que de futuro se evitasse «a repetição de tais abusos». Com vista ao concurso de gado bovino, a efectuar no Campo Grande a um domingo, dia 5 de Junho, com a presença de Sua Majestade El-Rei, ordenou Magalhães Ramalho a presença da necessária força de polícia no recinto. Questão espinhosa, também tratada pelo governo civil, foi a seguinte: pretendendo proceder-se à aquisição, para as forças da ordem, de 100 revólveres calibre 38, modelo médio, oficiou-se ao embaixador português em Washington, que, tendo contactado potenciais fornecedores norte-americanos, respondeu dizendo que estes afirmavam desconhecer o que fosse «modelo médio». Mais à frente, há notícia de que o embaixador recebera da firma Smith & Wesson, de Springfield, o respectivo catálogo e tê-lo-á enviado para Lisboa, sem que depois se saiba como se resolveu o imbróglio.

Num tropel de acontecimentos e movimentos, com a vida a fluir em ritmo de filme mudo, imaginamos cavalheiros de bigodes operosos, atarefados, mangas de alpaca esforçados, vadios de barba malfeita, viúvas azedas, enganadoras: no Barreiro, alguém se queixou da existência de um depósito de carvão num barracão sito no pátio de João Pereira, Rua Vale Formoso de Baixo, e o farmacêutico da Farmácia da Rua do Crucifixo, n.º 84, Lisboa, também se queixou, mas desta feita da forma como tinha decorrido a visita inspectiva da polícia sanitária ao seu estabelecimento. Júlio Rodrigues de Sousa Lopes obteve a sua licença de condução de automóveis e, não muito depois, era detido um tenente da marinha real sueca, com «23 anos e 1,80m de altura, porte altivo, esbelto, sem barba, cabelo muito castanho-escuro, rosto comprido, tostado do mar, olhos azuis, nariz

grande e agudo, largo na base, orelhas grandes proeminentes», «trajando provavelmente fato azul, sobretudo cinzento, chapéu preto ou panamá», acusado de desvio de fundos, que fugira de Estocolmo para Berlim e daí até Lisboa, vá-se lá saber como ou porquê (não muito depois, houve ordem para capturar um «súbdito peruiano» acusado de «subtracção fraudulenta»). Foi pedida e concedida a autorização da Associação de Educação e Beneficência de Santa Engrácia para fazer um bazar, enquanto ao Largo de São Carlos afluía a notícia de que Júlio Elias de Brito Fernandes, quinquilheiro de 22 anos, natural da freguesia dos Anjos, falecera na Penitenciária de Lisboa, de causa não especificada. A Associação de Imprensa promoveu ou pretendeu promover um bazar no Jardim da Estrela, de Vila Franca pediram dois guardas para fiscalizar uma toirada, o administrador de Sesimbra solicitou outros dois guardas, um empreendedor lisboeta pediu licença para erguer um depósito de moedas, novas de jogo ilícito em Aldeia Galega. E os preparativos devidos para a corrida de automóveis, promovida pelo Real Automóvel Clube de Portugal, «na Estrada da Pimenteira, que vai da Ribeira de Alcântara à Cruz da Oliveira, na extensão de 1.500 metros». Informou-se o administrador de Almada que Perpétua Natividade, remetida a Rilhafoles, não foi considerada doente pelo director daquela instituição, pelo que deveria ser conduzida à família, caso houvesse. Em contrapartida, tinha saído de Rilhafoles, por curar, uma mulher que sofria, e cita-se, de «demência paralítica» (também Francisco Antão Araújo, morador na Rua Augusta, n.º 213, 4.º, saíra por curar de Rilhafoles, mas uma mulher de nome Emília das Neves foi mandada recolher ao Asilo da Mendicidade por ser «indigente e idiota», facto atestado pelo prior e pelo regedor da freguesia das Lamas – acontecia, porém, que Emília trazia consigo uma criança recém-nascida pelo que, nos termos regulamentares, não poderia permanecer naquele estabelecimento). Neste domínio trágico, mandava-se entregar ao administrador de Penalva do Castelo a menor Lucinda de Albuquerque para que aquele a devolvesse à avó ou à tia, uma vez que a sua mãe a abandonara em Lisboa, antes de rumar para o Brasil, Rio de Janeiro.

Discutiu-se ao tempo, em missivas várias, a construção de um novo cemitério em Rio de Mouro e, não longe, a companhia «Cintra ao Oceano» queixou-se de inúmeros e reiterados roubos. As escolas monárquicas da capital promoveram também o seu bazar, a associação «Concentração Musical» pediu que a deixassem tocar num cortejo fúnebre, isto enquanto os moradores do Bairro Estrela d'Ouro intentaram, com sucesso, fazer uma quermesse, por certo não muito diferente do bazar da Sociedade Alu-

nos de Minerva. E a associação de classe dos torneiros quis que fossem responsabilizados os empreiteiros, e não eles, pelos desastres na colocação da iluminação pública. A chegada à capital, no *Sud-Express*, do conde de Granard, embaixador extraordinário do rei da Grã-Bretanha e Irlanda, implicou preparativos adicionais, informando-se que iria ficar hospedado em Belém, no Paço. Em 26 de Abril de 1910, solicitou-se a instauração de vigilância permanente junto ao monumento a D. José I, «para se evitem os vandalismos que tem suscitado esse monumento e as cenas escandalosas que naquele lugar se praticam». Também pela mesma altura: «Para V.ª Ex.ª se servir informar o que se lhe oferecer, S.ª Ex.ª o Governador Civil encarrega-me de remeter a essa Inspeção quatro requerimentos de Francisco Gonçalves Aparício a solicitar certidões de matrícula das meretrizes que indica.»

A dois passos de Belém, a Junta da Ajuda reclamava contra o facto de no Campo das Salésias se depositarem estrumes vindos do Quartel de Lanceiros e, mais ainda, de por lá andarem «suínos e outros animais nocivos à segurança dos transeuntes e à higiene do local». O administrador de bairro deslocou-se ao local, confirmando a porcaria, facto que originou mais um vendaval de ofícios. Também o odor da morte: comunicação às famílias que o soldado Francisco, filho de Pedro Dias, falecera em Angola e, mais tarde, que o primeiro-cabo Carlos Alberto de Moura morrera por Moçambique. Alfredo Leal queixava-se de que o tentaram assassinar, e pedia providências («junto um revólver que, parece, se relaciona com os factos», disse o secretário-geral).

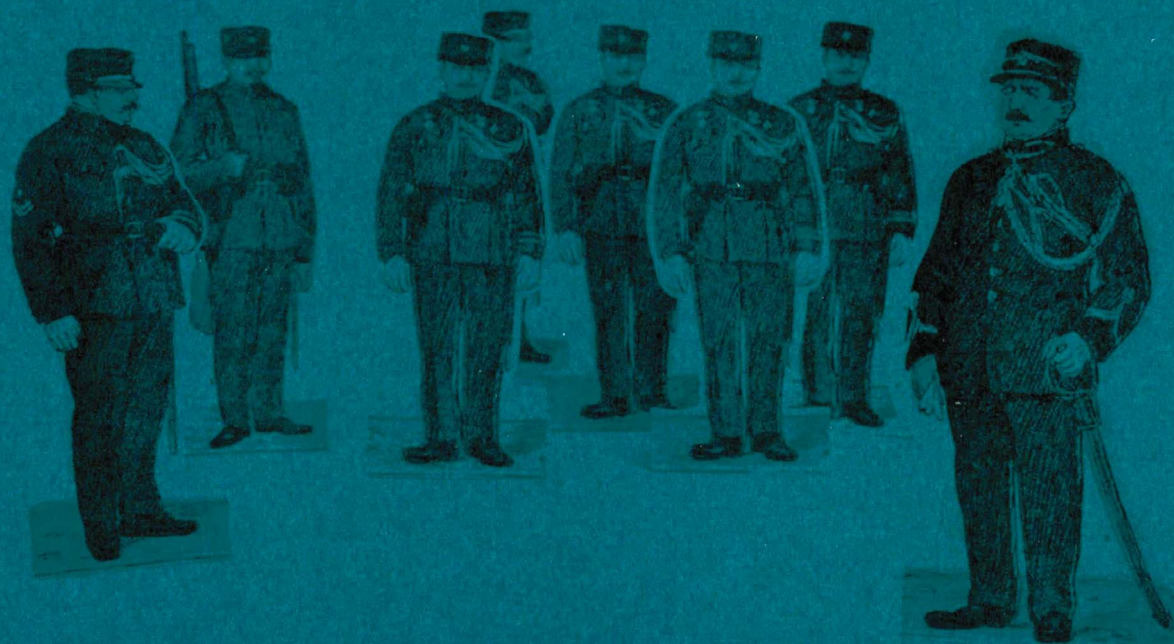
Muitos casos de vadios e loucos, como Gertrudes Luiza, levada para Rilhafoles, oficiando-se ao administrador de Sesimbra para pagar a despesa. Na frente criminal, continuava o furto de linhas telefónicas militares e, mesmo sem fumo de ilícito, o Circo de Algés comunicava dificuldades em pagar mais efectivos. De Almada, pedia-se polícia para os festejos de dias 22, 23 e 24. A Real Academia Triunfo e Aliança quis fazer caridade no Campo Grande, talvez para cobrir os prejuízos que Alvalade tivera com as grandes chuvadas de 27 de Junho. Em Benfica, também caridade da Sociedade «Euterpe», sendo libertado, entretanto, o vadio Policarpo Ramos, rumo a Aljezur. Para a Colónia Agrícola de Vila Fernando foram mandados catorze menores vadios, por certo vadios menores, e ao governo civil afluíam muitos pedidos, alguns vindos do Ministério da Guerra, para mandar verificar *in loco* como estavam e se eram vivas as viúvas de militares que auferiam pensões. Uma delas, que enviudara de um tenente e morava no Mosteiro de Santos-o-Novo, suscitou par-

A classe dos moços de padeiro fornece em grande escala esta colectividade autoritária e o que se passa no cérebro de um ex-amassador que noites seguidas, de pé descalço e em camisola, martirizou os vizinhos assoprando num clarinete desafinado, e súbito se vê guindado à autoridade suprema de poder autuar o próprio rei se ele infringir uma postura, é medonho.

ticular atenção das autoridades, atestada por ampla correspondência. Outro caso, versando viúva de um general, residente no n.º 144, 1.º andar direito, da Rua D. Carlos I, foi aparentemente mais pacífico.

No âmbito empresarial, o proprietário de uma agência de serviços solicitou autorização para se transferir para o n.º 38 da Calçada do Sacramento, isto ao fim de um processo embrulhado, em que primeiro pensou ir para outro lugar, mas depois desistiu e reformulou o pedido. Também nesse âmbito, pedido para abertura de uma fábrica de conserva de peixe em Cascais e de outra, pela firma Viúva de J.J. Nunes, para a laboração de uma fábrica de cartas de jogar. O administrador de Cascais pediu seis polícias para manterem a ordem numa corrida de garraios, o governador autorizou e mais declarou que deveriam ser abonados de gratificação e transporte, exigindo-se-lhes, em contrapartida, que estivessem naquela vila pela uma hora da tarde. Tentou internar-se uma criança surda-muda na Casa Pia de Lisboa, mas os responsáveis desta informaram que ela era demasiado menor para aí ser institucionalizada, dado que aí a idade mínima eram os sete anos. Impressionante é também o expediente burocrático com que se tentou localizar uma criada de servir de 18 anos, Elisa Rosa Nunes, desaparecida na Bélgica.

Menos problemática, do ponto de vista humano e social, ainda que não político, era a realização de um comício republicano em Barcarena – ou a abertura de uma fábrica de destilação de aguardente em Torres Vedras. Ou ainda o pedido feito, para tocar num evento, por parte da Filarmonia da Azambuja, para não falar da enternecedora acção caritativa da comissão dos moradores na Rua de São João dos Bem-Casados, ou outra a efectivar num terreno na Rua Conselheiro Moraes Soares, em Lisboa, e também outra levada a cabo pelo Grémio Escolar de Alcântara. Mais sombrio, a interdição de uma demente, a busca por um espanhol, autor de um assassinio em Sevilha no ano de 1892, de um inglês evadido de uma prisão inglesa, condenado por homicídio, e a de um outro, Charles Brandespiegel, este caixeiro-viajante, vindo de Budapeste, sob suspeita de desvio de 30 mil francos em notas. Trocavam-se cartas oficiais sobre Horácio Alves ou, melhor, sobre a ausência de lugar num asilo para o albergar, sobre um comício na Arruda dos Vinhos, sobre o abatimento de cães em Torres Vedras («Não se encontra nesta Repartição a nota dos cães abatidos nesse concelho no mês de Julho último, nem a informação sobre a repressão de jogo ilícito. Convém, pois, que V.ª Ex.ª se digne remeter duplicado desse expediente»), sobre a reparação de um moinho também



O livro permite-nos também perceber alguns dos traços mais enraizados da cultura policial, como a ideia do polícia enquanto «missionário doméstico» ou um prosélito da civilidade, ou a imagem individual ou corporativa de uma certa «injustiça», a sensação de que a população não dá o «devido valor» ao trabalho que fazem, um certo ressentimento em relação ao poder político e aos meios de comunicação social, aos agentes da justiça e à opinião pública.

em Torres Vedras, sobre a abertura de um lugar de venda em Pedrouços, mais a detenção de um espanhol que desertara à tropa, além da manutenção da ordem numa corrida de garraios no lugar da Parede. Em 16 de Setembro de 1910, nas vésperas da revolução, soaram alarmes de uma grave epidemia de cólera, isto enquanto o governador civil procedia a novas e mais diligências sobre o serviço de extinção de cães em Alcochete e quatro menores davam entrada na Casa de Correção das Mónicas. Abate de cães em Torres Vedras. E as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade insurgiam-se contra a construção de uma fábrica de fitas animatógráficas, quase contígua à dos gasómetros daquela empresa.

Benemérita, a tropa doava 150 camas sem uso à Liga Patriótica, para internato da infância desvalida, o governador civil continuava preocupado com os serviços de extinção de cães em vários concelhos, pedindo dados, reclamando estatísticas, mas, mesmo à beirinha de uma mudança de regime, o expediente era ocupado pelos seguintes temas: a sociedade que explorava o São Carlos pedia verbas para o arranjo das canalizações e para o concerto dos relógios do teatro, que tardava, sem fim à vista; o Patronato da Infância lançara uma tómbola, carecia de autorização; o espanhol Carlos Alvarez era detido, havendo dúvidas sobre a sua real identidade, como dúvidas havia, mas logo desfeitas, sobre a identidade de seis missionários estrangeiros chegados a Lisboa; e uma força estacionada na Aldeia Galega, por «receio justificado de alterações de ordem pública» não tinha colchões para dormir, havendo que providenciá-los; nos calabouços penava António dos Santos, 12 anos, já condenado por vadiagem. De longe, Santiago do Cacém, filantropia por causa dos prejuízos causados por um temporal. Medalha de prata para um bombeiro, de novo a viúva de Santos-o-Novo, faltavam impressos para as certidões de óbito, depois lá vieram, muitas missivas sobre as listas dos preços de medicamentos, outras, em menor número, sobre os serviços sanitários das toleradas – informação construída a partir dos Livros de Registo de Correspondência Recebida e Expedida do Governo Civil, no ano de 1910, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Por curiosidade, o único ofício expedido a 5 de Outubro de 1910, assinado por Eusébio Leão, dizia assim: «Sirva-se V.^a Ex.^a mandar em liberdade todos os presos políticos.»

As taxas dos passaportes, um bazar no Campo Grande, o envio de catorze vadios para Luanda, assim se faziam os dias do governador civil Magalhães Ramalho e, possivelmente, provavelmente, do seu secretário particular, Joaquim Alfredo Gallis, que anos antes, em 1890,

publicara um livro entre o satírico e o sério, intitulado *Os Selvagens de Ocidente*, que, a propósito da polícia e dos polícias, diz:

«A ordem pública, os direitos e as regalias dos cidadãos ou, melhor, as costas dos governos são guardadas em Lisbonolândia por duas hordas de autoridades competentes armadas e equipadas que de longa data vêm pela estrada da ignorância em renhida competição de estupidez.

«Uma é a dos amazonas do feijão-branco com organização militar e sempre disposta a dar para baixo, pelo menos até à data desta, 12 de Setembro de 1890. São bípedes feaçanhudos de bigodes grandes, caras redondas, narizes chatos e frentes acanhadas, e dotados da bestialidade mais supina que mesmo entre selvagens se pode desejar. Patrulham as ruas de noite, num passo sorna, cambaleantes, a dois e dois, e nos sítios mais recônditos. [...] São disciplinados e no fundo uns pobres idiotas suspirantes pela família que têm na terra e por um naco de carne assada que a amante pode subtrair à caçarola.

«Uma só coisa os poderia conter em respeito: colocá-lhe na frente plenamente nuas todas as criadas da Lisbonolândia. Então a guarda render-se-ia como um bando de pardais na época do cio. Os *incivis* são um corpo civil destinado à polícia geral da cidade. Têm a seu cargo fazer cumprir as posturas municipais, conter os desordeiros, capturar os gatunos, vigiar os teatros, rondar de dia e de noite as ruas, becos e travessas, e apanharem lambada de criar bicho.

«São arrebanhados a oito sem prévia apresentação da folha corrida nem análise dos seus costumes, de forma que é rara a semana que um ou dois não vá expulso da corporação, por venal, bêbado, mentiroso, bulhento e desavergonhado no exercício dos seus deveres.

«A classe dos moços de padeiro fornece em grande escala esta colectividade autoritária e o que se passa no cérebro de um ex-amassador que noites seguidas, de pé descalço e em camisola, martirizou os ouvidos dos vizinhos assoprando num clarinete desafinado, e súbito se vê guindado à autoridade suprema de poder atuar o próprio rei se ele infringir uma postura, é medonho.

«A imaginação do homem toma a elasticidade da rã da fábula que queria inchar como um boi, e aí rebenta reportando-se às suas verdadeiras dimensões quando um fadista teso lhe tira o sabre, dá-lhe com ele e esfrangalha-lhe o capote, vingando assim os míseros embriagados que eles conduzem para as esquadras a pontapé, e os pobres diabos a quem falta músculo e de repente se encontram filados. A sua ignorância é profunda, e uma vez sem farda ficam reduzidos à classe de verdadeiros animais de dois pés,

a quem o título de homem é uma profanação feita à obra mais sublime do criador.»

Ainda que num registo muito diferente, quase diametralmente oposto, é também da polícia e dos polícias que se ocupa o livro de Gonçalo Rocha Gonçalves, *Fardados de Azul – Polícia e Cultura Policial em Portugal, c. 1860-1939* (Lisboa, Tinta da China, 2023), que tive o gosto e a honra de apresentar na Livraria Martins, em Lisboa, no dia 7 de Março de 2023.

O livro inscreve-se numa linha de investigação que, pela mão de Clive Emsley, entre outros, tem procurado analisar a génese e a construção das instituições e dos mecanismos policiais na Europa do liberalismo e a «cultura» que lhe esteve subjacente. Fá-lo de uma forma extremamente séria, rigorosa, informada, assente num infatigável labor de pesquisa e de trabalho em arquivo, associado a uma escrita límpida, clara e cativante, aprofundando muitas temáticas já abordadas entre nós, por autores como Maria João Vaz, Diego Palacios Cerezales, Tiago Pires Marques, Rita Garnel, Luís Bigotte Chorão ou Leonor Sá, para não falarmos das obras colectivas *Do Reino à Administração Interna – História de Um Ministério*, coordenada por Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e *Os Governos Cívicos de Portugal – História e Memória (1835-2011)*, coordenada por Fernando de Sousa.

O amplo espectro temporal que este livro cobre – de cerca 1860 a 1939 – permite ao autor interrogar três regimes, o da Monarquia Constitucional, o da Primeira República e o do Estado Novo, descobrindo rupturas e continuidades, mas, sobretudo, acima de tudo, concluindo que a edificação dos aparelhos policiais e as suas sucessivas «reformas» sempre foram tributárias dos regimes políticos em que surgiram, mesmo que, como se salienta no livro, aquele nunca foi um processo dirigido ou moldado exclusivamente a partir de «cima» e apenas executado «em baixo». Ao invés, o poder e o «centro», se quisermos, tiveram sempre de negociar com as «periferias», muitas vezes transigindo com as suas aspirações ou reivindicações, inclusive nos tempos da ditadura.

O livro mostra também, e de forma inequívoca, que o sistema policial português e a sua cultura foram construídos em continuidade com o Antigo Regime – ao invés do que a autonarrativa das polícias gosta de fazer crer, até para reclamar pergaminhos que vão até à Idade Média –, mas em ruptura com ele, e em sintonia com a génese

do Estado liberal. Mais ainda, mostra-se claramente que houve um hiato, um compasso de espera, entre o fim do Antigo Regime, situado na revolução liberal de 1820, e a edificação do sistema policial liberal, na década de 1860. Ou seja, existiram cerca de 40 anos de um certo limbo, entre 1820 e 1860, com os Tumultos de Natal desse ano, com a Exposição do Porto e a criação da Agência Policial Portuense, pois só com o fim das guerras liberais houve serenidade e espaço para empreender a construção do tal sistema policial. A Intendência-Geral de Polícia só foi extinta em 1833: o que se passou até então? E depois disso, até 1860? Questões que se deixam para futuros trabalhos do autor, professor no Rio de Janeiro e investigador associado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE.

Outro aspecto merecedor de realce, desde logo pelo seu carácter inovador e original, é a atenção dedicada à dimensão internacional das polícias e à sua dimensão colonial. Essa incursão é feita ainda em termos de esboço, na parte final do livro, mas é um avanço importantíssimo, até para ficarmos a saber coisas que outros já tinham estudado a propósito do anarquismo e da «propaganda pelo facto», mas que agora ficam muito mais claras, nomeadamente sobre o reduzido empenho, até por falta de verbas, que as nossas polícias tiveram na cooperação internacional que surgiu na viragem do século XIX para o século XX.

Fardados de Azul permite-nos também perceber alguns dos traços mais enraizados da cultura policial, como a ideia do polícia como «missionário doméstico» ou, digamos, um *proselito da civilidade*, ou a auto-imagem individual ou corporativa de uma certa «injustiça», a sensação de que a população não dá o «devido valor» ao trabalho que fazem, um certo ressentimento em relação ao poder político (que também encontramos nos militares) e em relação aos meios de comunicação social, aos agentes da justiça e à opinião pública.

Por isso, até por isso, esta é uma obra fundamental para compreender o passado das nossas polícias, mas também, e em larga medida, o seu presente e o seu futuro. Sobretudo, acima de tudo, *Fardados de Azul* ajuda-nos a entender a relação singular, nem sempre saudável, que tivemos e temos com as «forças da ordem», umas vezes feitas de respeito e apreço, outras de desdém e revolta. O equilíbrio estará no meio, como sempre – e este livro demonstra-o.